

## RUMOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Luís Soares de Araújo Filho\*

“Democracia (...) é o direito de cada homem se realizar plenamente e de participar na edificação do seu próprio futuro. A chave de uma democracia assim concebida é a educação, não só amplamente ministrada mas também repensada tanto nos seus objetivos como nos seus processos.”<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Tem-se assistido, nos últimos meses, a uma verdadeira euforia nacional em torno da sucessão presidencial e da Nova República. Neste momento, uma avalanche muito grande de questões significativas vem à tona, as quais estabelecem entre si uma enorme competição, todas buscando o privilégio dos “olhos” dos novos dirigentes, sobretudo do Senhor Presidente.

No atual momento político que vive o país, é de se perguntar: que rumos tomará a educação brasileira na Nova República?

Este texto pretende ser uma modesta contribuição ao debate do Pro-

\* Mestre em Educação, área de concentração em Administração de Sistemas Educacionais (PUC/RS). Professor adjunto da Universidade Federal do Piauí e assessor de Planejamento da Secretaria de Estado da Educação do Piauí.

<sup>1</sup> FAURE, Edgar et alii. *Aprender a ser*. São Paulo, Difusão Editorial do livro, 1977. p. 10.

reto Educação na República que principia. Se há alguma importância nele, ela pode ser atribuída ao fato de ser uma reflexão partida de um profissional da educação que compartilha das preocupações diárias do setor educacional de um estado periférico — o Piauí — que gravita em torno da periferia nacional — o Nordeste.

São sintetizados aqui alguns dos problemas que se considera mais relevantes neste momento de definição política. Inicialmente, são levantadas questões de natureza mais substantiva, que procuram identificar uma orientação de política educacional para, depois, examinar questões mais adjetivas e por isso mesmo ações específicas.

## POR UMA ORIENTAÇÃO DE POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

No 485º ano do descobrimento do Brasil, pode causar certa estranheza em se estar indagando sobre questões como a falta de orientação política para a educação nacional. Contudo, a História mostra que esta é uma questão básica, ainda não suficientemente trabalhada e que, por isso mesmo, deve constituir-se no primeiro desafio para a Nova República.

O homem letrado brasileiro — e aqui se entenda os legisladores/influenciadores da legislação — é detentor de uma cultura essencialmente normativa e estreitamente vinculada à tradição do direito administrativo romano, o que o tem levado a impor à sociedade brasileira um modelo legalista de educação, no que exclui a participação de diversos segmentos sociais, sobretudo das camadas populares. Neste contexto, o debate da educação tem sido privilégio de poucos, ficando a grande maioria — a massa popular — esquecida e alienada nesse debate, tornando-se, conseqüentemente, simples objeto de sua própria educação.

Antecede a esta questão da participação popular na definição de seu projeto educativo, a importância da educação no projeto de desenvolvimento nacional, este considerado não apenas naqueles aspectos que possam contribuir para o crescimento econômico. Assim, triste e facilmente se constata que a educação, na prática, em nenhum momento da história nacional chegou a ser considerada de algum valor em si mesma; ela esteve sempre atrelada ao modelo econômico vigente de cada época e, na medida em que esse modelo reclamava por funções da educação, estava pronta a servir, submissa e pacientemente.

Há uma vasta literatura que bem evidencia essa realidade. Por questão do espaço reservado a esta contribuição, refiro-me apenas ao livro *Escola, Estado e Sociedade*<sup>2</sup>, onde, com muita proficiência, a autora aborda este assunto. Ali se constata, entre outras coisas, o atrelamento da educação ao modelo econômico, este compreendido em três períodos: 1) o modelo agro-exportador (1500-1929); 2) o modelo de substituição das importações (1930-1964); e 3) o modelo de internacionalização do mercado interno (1964 aos dias atuais).

Pelo estudo dessa autora comprova-se o quanto a educação tem sido frágil nos diversos governos brasileiros. Sua importância, se é que houve em algum momento, deveu-se, única e exclusivamente, ao que ela poderia representar ao momento econômico. Assim, de 1500 a 1929, observa-se que à Escola não foi confiada nenhuma tarefa significativa, porque dela não dependia a produção nacional. Com a crise econômica internacional, sobretudo no período que antecedeu à Segunda Guerra Mundial (1930-1940), onde os países centrais concentraram o interesse em produção de material bélico, a educação teve um limitado papel na produção de bens e serviços que tiveram sua importação restringida. No momento em que aqueles países voltaram a se interessar pela produção para exportação (1945-1960), verifica-se uma educação concebida para consolidar mais facilmente o "entreguismo do Brasil" (1964-1972).

Pior do que este atrelamento da educação à economia é a falta de exploração das funções da escola brasileira, no tempo e no espaço. Desta

<sup>2</sup> FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo, Moraes, 1980.

forma, a educação tem ficado à mercê dos interesses políticos do grupo que está no poder. Este, por sua vez, comumente confirma a "lei de ferro" ou "lei das oligarquias", segundo a qual "quem está no poder tende a ditar as regras que o conserve sempre no poder."<sup>3</sup>

Nesta perspectiva, prioriza a educação a simples função de transmissão da cultura ou de conservação do *status quo* dominante. Enquanto transmissora da cultura, seu valor reside nos estritos limites de servir como elo de ligação das sociedades passadas à atual e futuras. É lamentável, contudo, que nesta função a escola se preste, principalmente, à perpetuação de situações dominantes, o que tem determinado um profundo estado de dependência político-cultural.

Associada a esta função encontra-se a de reprodução da estrutura social hierarquizada, que responde pela questão das oportunidades educacionais no país, em todos os níveis e modalidades de ensino, e, igualmente, pelos níveis de eficiência, eficácia e relevância do ensino ministrado. Aqui, os contornos de uma educação seletiva e elitista são mais nítidos e profundos, havendo um favorecimento a quem já é favorecido e um desfavorecimento a quem é, por natureza e sorte, desfavorecido. Tudo isto ocorrendo sob o princípio da pseudoneutralidade da educação.

Não é preciso realizar nenhuma pesquisa para encontrar respostas a indagações como a origem social da criança que está fora da escola, por absoluta falta de oportunidade educacional, o tipo de criança que evade e/ou é reprovada, repetidas vezes no sistema educacional brasileiro e a existência de igualdade de condições materiais, de pessoal e de desempenho entre as escolas periféricas e rurais e as urbanas, sobretudo as das grandes metrópoles.

Com breves incursões — mais de erros que de acertos — assiste-se, vez por outra, a um certo interesse pela formação de mão-de-obra, ora pré-concebida como prêmio para as "classes menos favorecidas", ora como fator de contenção das pressões pelo ensino superior. Enquanto pro-

<sup>3</sup> MOUZELIS, N. P. *Organización y burocracia*. México, Peninsula, 1976.

cesso de desenvolvimento individual e social, o ensino profissionalizante é algo ainda por acontecer.

A maior contribuição da formação de mão-de-obra foi dada pela relevância, no discurso oficial, que, a partir de então, a educação passou a ter no contexto de desenvolvimento econômico do país. Por acreditarem que a educação seria capaz de responder pelo "crescimento excedente", os tecnocratas favoreceram a realização de encontros, simpósios e seminários, promoveram a reforma do ensino e institucionalizaram um planejamento educacional que se reveste de ações centralizadas no processo de decisão, participação e alocação dos recursos destinados às ações educativas. Esta situação foi agravada, mais ainda, pelos mecanismos institucionais utilizados no planejamento nos vários níveis de governo, sem considerar o distanciamento entre o planejamento e a execução. Falido o modelo econômico, sucumbiram os supostos interesses por uma educação que promovesse a formação de mão-de-obra, deixando a seqüelas profundas, pelo arremedo realizado, notadamente, no que concerne à credibilidade da escola pública frente à sociedade brasileira.

Enquanto reprodutora das relações de produção, a escola tem desempenhado esta função com certa eficiência. É inegável como ela consolida modelos dominantes e, por isso mesmo, é a instituição da sociedade civil que mais rapidamente assimila a ideologia vigente, sendo, dessa forma, o aparelho ideal de reprodução ideológica do Estado. Louis Althusser<sup>4</sup> mostra, com muita propriedade, como a escola é um instrumento de dominação e, ainda, descarta a possibilidade dela vir a ser um instrumento de libertação das massas.

De fato, o aparelho escolar — estatal e privado — está estruturado mais para dominar do que para libertar. A esta conclusão se pode chegar com a simples análise da construção dos currículos escolares, que sufocam as escolas com práticas inócuas e levam, absolutamente ao nada, espelhando os interesses oficiais e não os comunitários. A esta conclusão chega-se, igualmente, quando se analisa a ideologia subjacente aos livros

<sup>4</sup> ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Lisboa, Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

didáticos ou ao processo de formação de recursos humanos para a educação. Aqui se evidencia pouca ênfase no "saber", alguma preocupação com o "saber fazer" e praticamente nada no "saber ser". Tudo isso se completa na futura relação de emprego que o profissional estabelecerá, quer com o Estado, quer com a iniciativa privada.

A escola bem que poderia atuar na reconstrução da sociedade, através de uma ação educativa voltada para tornar as pessoas, verdadeiramente, agentes de mudanças. Entretanto, esta possibilidade ainda pertence a um futuro longínquo, pois sua efetividade interessa apenas a "intelectuais orgânicos", principalmente aqueles que atuam em algumas universidades e que, de forma camuflada, utilizam os "aparentes momentos de liberdade" e, nos estritos limites do seu "espaço magisterial", tratam de influenciar a quebra da hegemonia, corroendo o "senso comum".

Observa-se, assim, que, na prática oficial, desmistificado o discurso, não há o menor interesse em que a escola venha a participar de um processo de construção de uma nova realidade social. É verdade que esta situação se agravou nas duas últimas décadas, mas seria ingênuo esquecer que isto sempre foi um fato em toda a história brasileira.

Diante disso, é fictícia a propalada crise educacional brasileira. Ao contrário, a educação que está aí se ajusta perfeitamente às suas finalidades e cumpre fielmente as funções que lhe são reservadas.

Se é verdadeiro o postulado de que "democracia é o direito de cada homem se realizar plenamente e de participar na edificação do seu próprio futuro"<sup>5</sup> e se realmente "a chave duma democracia assim concebida é a educação, não só amplamente ministrada mas também repensada tanto nos seus objetivos como nos seus processos"<sup>6</sup>, é urgente a tarefa de que na Nova República se repense os objetivos da educação brasileira, num ato político e de manifestação solidária de todos os segmentos da sociedade.

<sup>5</sup> FAURE, Edgar et alii. op. cit.

<sup>6</sup> Idem, ibidem.

Este repensar só terá sentido se refletir um amplo debate nacional em torno dos rumos da educação e, ao final, representar a síntese da vontade popular.

É claro que a tudo isso antecede a firme decisão política do "Projeto Educação" na Nova República, até mesmo porque nela também haverá os apressados que argumentarão da extrema exiguidade do tempo. Contudo, acredita-se que a sociedade brasileira, suficientemente ouvida, entenderá a grande tarefa do "repensar" que está sendo imposta ao novo governo e facilmente compreenderá que o seu maior desempenho não será medido pela preciosidade dos números estatísticos (que nem sempre valem o quanto indicam), mas, principalmente, pela construção de instituições sólidas que resistam à mesquinhez de certos interesses de pessoas ou de grupos. Do contrário, e respeitado o passado histórico do país, democracia continuará sendo algo que pertencerá ao futuro.

Insiste-se na participação popular no "Projeto Educação", porque sem ela se aumentará o fosso existente entre escola e realidade social. Os movimentos de educadores estão cansados de dizer, até mesmo de gritar, que há um profundo descompasso na concepção de escola em desenvolvimento no país, pois aí esta se aproxima mais das necessidades das elites do que das necessidades do proletariado brasileiro. Esse distanciamento pode ser indicado como o grande responsável pela baixa produtividade do sistema educacional revelado, principalmente, pelas taxas de analfabetismo, evasão e repetência escolares.

Ademais, não se pode esquecer que a própria dimensão continental do país, com estados que apresentam níveis de desenvolvimento sócio-econômico-político-cultural diferenciados, impõe uma escola também diferenciada. Não é possível insistir no erro de um modelo único de escola, ajustável, simultaneamente, à grande São Paulo e ao interior dos municípios de Santa Filomena (Piauí), Curupá (Maranhão) ou Exu (Pernambuco), isto para falar apenas em alguns estados do Nordeste.

Se realmente se pretende que a Nova República seja prenúncio de uma democracia estável, é preciso que a sociedade política e a civil se unam

na definição de uma orientação segura para a educação brasileira, a ser vista não apenas como um ideal a ser atingido, mas, e principalmente, como uma educação que deverá estar inserida nas diversas realidades nacionais e comprometida com o homem brasileiro que aí está, na sua grande maioria, nas oficinas, nas periferias dos grandes centros, nas favelas, nas zonas urbanas e rurais. Somente assim a educação poderá ser a chave da democracia.

## POR UMA NOVA FORMA DE RELACIONAMENTO

Discutidas as questões substantivas da educação brasileira — funções, objetivos, concepção de escola — é preciso que se volte às questões de ordem processual e que serão as responsáveis pela operacionalização da vontade nacional em matéria de educação.

O primeiro grande desafio da Nova República, neste particular deve ser o de eliminar, de uma vez por todas, a prática danosa do governo federal estar mudando constantemente suas decisões, com eleição de "prioridades instantâneas" e "visualistas", que repercutem de forma negativa nas instâncias estaduais, exigindo dos dirigentes das unidades federadas posições nem sempre favoráveis às necessidades locais. Quanto a isto, pode-se dizer que a administração da educação, a nível federal, tem se caracterizado pela "continuidade do descontínuo" e pelo "dirigismo das ações". Só se pode entender esta prática como forma de sustentação do poder de dominação, até mesmo porque ela é responsável pelo desvio das atenções dos grandes problemas educacionais.

A reduzida parcela de responsabilidade concedida aos sistemas estaduais de ensino limita-se, e sem flexibilidade, ao cumprimento rigoroso das linhas traçadas pelos órgãos centrais do governo federal, que se resumem numa série exaustiva de atividades de preenchimento de quadros, formulários, etc., nem sempre coincidentes com as prioridades das unidades federadas. Impedidos de gerar recursos substanciais a nível regional e local, estados e municípios são levados, ano após ano, a barganhar, diretamente em Brasília, orçamentos para a manutenção de uma estrutura educacional já reconhecidamente superada em alguns pontos básicos.

A transferência de recursos, alocados via projetos setoriais, onera, em demasia, a estrutura das secretarias estaduais de educação, criando órgãos que passam a competir entre si e, o que é pior, mantém atrelada a política dos governos estaduais a mecanismos e decisões tomadas fora do contexto local e regional, estabelecendo, muitas vezes, prioridades e programações que não se coadunam com as decisões fixadas por estes governos. Esta situação tem servido para que os sistemas estaduais de ensino inibam suas metas e promovam a sedimentação dos seus serviços educacionais, numa desenfreada correria na competição pelos recursos.

Diante dessa realidade, a Nova República deverá trabalhar a raiz do problema que tem o seu cerne na estrutura centralizadora vigente, que retira dos estados e dos municípios e, conseqüentemente, da comunidade local, o seu indispensável engajamento na busca de soluções próprias, adequadas e permanentes.

Parece que a verdadeira raiz do problema reside na progressiva deterioração financeira dos estados e municípios, hipertrofiando o expansionismo federal, que praticamente controla 70% dos orçamentos nacionais, oriundos de taxas e impostos. Esta política tem-se revelado particularmente frustrante para os estados mais pobres do país e, dentre eles, incluem-se, obrigatoriamente, os do Nordeste.

Assim, compete à Nova República o revigoramento da estrutura federativa que "só se operacionaliza mediante um sistema tributário coerente que expresse uma determinada política fiscal"<sup>7</sup> e "apesar da definição constitucional de que nosso sistema é federativo, todas as reformas tributárias realizadas nas últimas décadas, ainda que tivessem a bandeira da descentralização, acabaram cada vez mais concentrando recursos no Centro (União) em detrimento da periferia (Estados e Municípios)."<sup>8</sup>

Neste particular, o futuro governo dispõe da Emenda "João Calmon",

<sup>7</sup> MELCHIOR, J. C. A. Financiamento da educação no Brasil numa perspectiva democrática. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (34): 39-83, ago. 1980.

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*.

que é um instrumento capaz de resgatar parte da dívida acumulada nos últimos anos pela administração do governo federal para com o setor educacional. Defender os 13% do orçamento da União e os 25% dos estados e municípios, alocados exclusivamente no setor educacional, é dever da sociedade política e da sociedade civil, comprometidas com a expansão e melhoria do sistema educacional brasileiro.

Ao lado disso, impõe-se, igualmente à Nova República, cuidados na destinação de outras fontes de recursos federais à educação, sem omitir os recursos provenientes das loterias e do Finsocial, que não poderão jamais prescindir de critérios que respeitem os compromissos assumidos pela Constituição e pelas leis educacionais do país, que fixam a obrigatoriedade da educação para todos na faixa de 7 a 14 anos, e que ao poder público compete prover os meios para o seu cumprimento.

Não se pode esquecer que as questões acima levantadas inserem-se num conjunto de medidas de natureza emergencial. A verdadeira fonte de recursos para a educação implica numa reforma tributária autêntica, que devolva aos estados e municípios aquilo que lhes está sendo tirado, permitindo que se restabeleça, em sua plenitude, o princípio federativo. Nesta perspectiva, acredita-se que a Emenda "Passos Porto", que propõe uma reforma tributária descentralizada, restituirá aos estados e municípios a autonomia e o fortalecimento próprios de uma república federativa.

Sem uma justa redistribuição de recursos para os estados e municípios não se pode viabilizar os pressupostos da Constituição e das leis educacionais, que recomendam a existência de sistemas de ensino comprometidos e com peculiaridades e disponibilidades regionais, animados por um sentimento de verdadeira união nacional.

É, pois, dever da Nova República, também de natureza política, a reorganização ou recriação do sistema nacional de ensino, conforme o paradigma normativo de sua estruturação, firmado pela Constituição em vigor e que diz: "Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino e a União o dos territórios assim como o sistema fede-

ral, que terá caráter supletivo e se estenderá a todo o país, nos estritos limites das deficiências locais". (negrito nosso)

Definidas estas questões políticas, o governo federal estará encerrando, definitivamente, o período da "moda do projetismo", do "clientelismo", motivado por prioridades "instantâneas" e "visualistas, assumindo, simultaneamente, uma nova forma de relacionamento com as unidades federadas, que deverá ser a de negociação a nível de "Propostas Globais de Educação", substanciadas nos "Planos Estaduais de Educação" que deverão espelhar as reconhecidas necessidades dos estados e municípios.

### ALGUNS DESAFIOS EMERGENCIAIS

Equacionadas as questões substantivas da educação brasileira, definidos os processos para sua efetivação, resta à Nova República debruçar-se em cima de questões seculares e que permanecem, firme e resolutamente, a desafiar a competência administrativa de sucessivos governos.

É claro que não se pode e nem se deve alimentar a doce ilusão que o novo governo resolverá, no período em que a História lhe confia, todos os problemas da educação nacional. Deve-se reconhecer que à próxima administração federal está reservado o grande desafio de criar condições para que se implante, definitivamente, instituições democráticas sólidas, capazes de resistirem às investidas de interesses individualistas ou de grupos isolados. É de se esperar, igualmente, que alguns dos problemas hoje vivenciados pela sociedade brasileira no setor educacional sejam, de fato, atacados em sua essência.

Assim, espera-se, em primeiro plano, que o novo governo assuma o compromisso do Presidente eleito que, apesar de escolhido por um processo questionado e repudiado pela sociedade, teve, ao seu final, legitimação popular, ante os perigos que uma outra decisão impunha à Nação.

Repetidas vezes, o Presidente eleito tem afirmado que "não podemos dormir o sono da democracia enquanto houver um brasileiro sequer sem oportunidade educacional."

Há um reconhecido e assustador déficit educacional em todos os níveis e modalidades de ensino. Todavia, o novo governo poderia retornar de consciência tranqüila à vida privada, após o término de seu mandato, se assegurasse o mínimo de escolarização desejável para que o indivíduo possa adquirir as condições necessárias à participação, livre e consciente, em um processo de desenvolvimento social. Refiro-me, com isto, à escola de 1º grau.

Sabe-se que no período histórico em que a escolarização obrigatória era de 4 anos, o déficit educacional do país era estimado em 4 milhões. Ampliado o período da obrigatoriedade escolar para 8 anos, o déficit foi igualmente ampliado, segundo estatísticas oficiais, para 8 milhões de crianças fora da escola. Sabe-se, também, que o aumento do período de escolarização obrigatória não resultou de nenhum compromisso político, senão do esforço de "tampar o sol com a peneira", ou seja, de camuflar uma realidade denunciada pelo relatório elaborado pela "Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação/UNESCO, 1972", segundo o qual o Brasil despontava na posição nada privilegiada de ser um dos poucos países do mundo de menor período de escolarização obrigatória. Imediatamente, com uma solução "à moda da casa" — legalista — ampliou-se o período de escolarização nas leis, mas não se cogitou de assegurar os meios para que esta decisão se transformasse em realidade.

Apesar disso, a medida foi, inegavelmente, salutar e é necessária. Resta, pois, efetivá-la, e a única forma para que de fato isso ocorra é batalhar, povo e governo, para que todas as crianças na faixa etária de 7 a 14 anos realmente tenham escolas em quantidade e qualidade necessárias. Não se pode esquecer que as crianças que moram nas periferias urbanas, nas zonas rurbanas e rurais também são brasileiras, portanto assistidas por direito constitucional.

Ao lado desse desafio impõe-se, também, o relativo ao desempenho do sistema educacional brasileiro. Segundo Walter E. Garcia<sup>9</sup>: "No ano de

<sup>9</sup> GARCIA, Walter E. Desafios da educação brasileira. Educação Hoje, Teresina, 1(2): 31-4, jan./mar. 1984.

1980, de 8 milhões e 300 mil crianças que deveriam ter de 1 a 3 anos de escolaridade, registram-se apenas 2 milhões e 600 mil com esse número de anos de frequência escolar, o que corresponde a apenas 31,05% do total. Da população de 10 a 14 anos de idade, apenas 16% dispõe de escolaridade que varia entre 5 e 8 anos de instrução. De outra parte, os índices de sobrevivência no sistema escolar, ou seja, a permanência na escola daqueles que nela ingressa, são estarrecedores. De cada 100 alunos matriculados, mais da metade, ou seja, 53% em média, abandonam a escola logo no decorrer da primeira série. Dados mais recentes, de 82, revelam que de 100 alunos que entraram na 1ª série em 1967, apenas 24 se matricularam na 7ª série em 1982. Apenas 6 em cada 100 conseguem matrícula na 1ª série do ensino superior.”

Para melhor precisar o fracasso do desempenho escolar brasileiro basta que se lembre o censo nacional de 1980, onde o número de analfabetos funcionais é da ordem de 36,2 milhões. Nesta categoria deve-se entender apenas aqueles que se dizem alfabetizados porque sabem desenhar o nome, mas que são absolutamente incapazes de transmitir ou receber uma mensagem escrita. A esta massa humana analfabeta, lamentavelmente, deve-se acrescentar mais 19 milhões de brasileiros que são simplesmente analfabetos ou iletrados.

Urge, pois, que a Nova República assuma esse enorme desafio, compreendido em duas vertentes: 1) que se assegure escola de 1º grau para todas as crianças de 7 a 14 anos, sem distinção de classe social ou de região geográfica onde ela se encontre, e 2) que seja travada uma verdadeira batalha no combate ao analfabetismo e à evasão e repetência, que estão aí, ano após ano, a inviabilizarem o futuro de mais de 50% das crianças que freqüentam a escola de 1º grau, notadamente de suas quatro primeiras séries.

Neste particular, é bom atentar para a citação<sup>10</sup> feita recentemente pela professora Anna Bernardes, Secretária de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura: “A evasão e a repetência são tão

<sup>10</sup> ROCHA, A. B. S. Reflexões sobre o ensino de 1º grau. *Educação Hoje*, Teresina, 1(2): 26-30, jan./mar. 1984.

graves que 82% das crianças estão saindo da escola de 1º grau, antes de completar este grau. Se nós verificarmos o que ocorre na pirâmide escolar até a 4ª série, vamos observar que 75% dos alunos de 1º grau estão saindo entre a 1ª e 4ª séries.”

As causas dessa problemática são muito diversificadas, situando-se ao nível da própria estrutura econômica do país. É claro que essas distorções mais estruturais e profundas escapam ao alcance do sistema educacional. Mas existem outros fatores, cuja solução (ou, pelo menos, redução) pode e deve ser enfrentada no âmbito dos órgãos de ensino do país, desde o Ministério da Educação e Cultura até as secretarias de educação de estados e municípios, inclusive em seus níveis terminais, as unidades escolares. Dentre as carências que podem ser enfrentadas pelo próprio sistema de ensino, destacam-se:

- as deficiências do desempenho dos professores, por problemas de qualificação, apoio e flexibilidade;
- a falta de assistência e acompanhamento do aluno;
- a inadequação da concepção de escola, agravada pelas distorções da própria escola, praticamente sem autonomia e desprovida de equipamentos, materiais etc.

A prioridade preferencial pela escola de 1º grau não deve implicar no abandono dos demais níveis e modalidades de ensino — pré-escolar, 2º grau, educação superior e educação supletiva. Se as condições econômico-financeiras do país impedem, ainda por algum tempo, que nesses níveis de ensino também se desenvolvam programas arrojados capazes de reduzir os déficits e distorções neles existentes, é preciso cuidar da qualidade mínima desejável em cada nível.

Um segundo desafio emergencial, a ser trabalhado pela Nova República, liga-se à situação do magistério, em todos os níveis e modalidades de ensino, notadamente no meio rural. Já se dispõe de uma extensa bibliografia, pesquisas e relatórios de conferências, encontros e seminários que revelam aspectos específicos desta realidade.

Aqui, a primeira questão a ser enfrentada deve ser a referente à própria formação do educador, onde se evidenciam falhas de toda natureza, a iniciar-se pelo próprio processo de seleção ao magistério, onde comumente ocorrem aqueles que se sentem fracos e incapazes para concorrerem a outras áreas profissionais de maior exigência de desempenho acadêmico, ou aqueles que buscam emprego mais fácil, sobretudo nos estados pobres, onde a educação é um mercado privilegiado.

Esta situação é agravada pela inadequação dos currículos escolares desenvolvidos durante a formação do educador, que ainda hoje, e na sua grande maioria, são concebidos a partir da visão errônea de uma mera listagem de conteúdos ou de programas instrucionais, tudo com o aval de órgãos normativos do sistema educacional.

A formação do educador não tem sido trabalhada a nível de um conjunto de experiências de aprendizagem, que devem assumir formas orientadas com propósitos definidos e relacionados com a participação dentro e fora da escola. Observa-se, infelizmente, que nas agências formadoras de recursos humanos para a educação — universidades, institutos de educação, escolas normais etc. — essa concepção do que deve ser o currículo é um ideal a ser atingido, porquanto as atividades desenvolvidas por essas agências, pouco ou nada têm a ver com as necessidades e realidades sócio-econômico-culturais do educador em formação, bem como dos seus futuros alunos de 1º e 2º graus.

É preciso que na Nova República se retome o debate sobre a formação do educador, a partir dos documentos já gerados pela Conferência Brasileira de Educação e pelos seminários — nacionais e regionais — já realizados com este propósito.

Paralelo à formação do educador está a triste situação do nível de sua remuneração, que exprime um fator bastante comprometedor no que concerne à eficiência e eficácia do sistema educacional brasileiro. Ine-

gavelmente, é o professor o profissional qualificado que pior salário recebe, absolutamente incompatível com a sua condição humana e com as suas responsabilidades pedagógicas, sociais e políticas.

Ao professorado é necessário que se assegure não apenas as condições mínimas de sobrevivência humana, mas que igualmente disponha o professor de meios para promover sua autoformação e atualização permanente, quer a nível de estudos específicos de sua área e geral, quer na participação de congressos, encontros, seminários etc. Também a esse profissional devem ser asseguradas as condições para habitação, saúde, transporte, lazer, dentre outras.

Em muitas realidades brasileiras, o professorado vive em total estado de pobreza e miséria. Na zona rural do Nordeste, por exemplo, é comum o professor abandonar sua sala de aula, onde mensalmente recebe 2 a 5 mil cruzeiros, e se inscrever em frentes de serviços da SUDENE, onde passa a ter uma remuneração em torno de 15 mil cruzeiros. É um estado deplorável, e que por isso mesmo não pode persistir por mais tempo.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Existem muitos outros desafios. Todavia, a consciência do que se deve esperar do próximo governo impõe que seja restrita àqueles desafios que estão a nível do insuportável e que, por isso mesmo, são de natureza emergencial, pois a sua não solução poderá colocar sérios riscos ao projeto de democratização do país.

Resta, pois, acreditar nas perspectivas que hão de se abrir a partir da instalação oficial da Nova República, que certamente estimulará uma ampla participação popular na prática do repensar a educação, tanto nos seus objetivos como nos seus processos, bem como assumirá, definitivamente, as questões da educação básica e do magistério.